


O FRANKENSTEIN DA POLÍTICA BRASILEIRA

LULA E FHC, GOVERNOS
QUE NÃO SE BICAM

O PT NÃO TROCA
DE IDENTIDADE

O DEBATE POLÍTICO NO
POSTO DE COMANDO





Entre as várias frentes de atuação do deputado Rui Falcão, a construção partidária ocupa lugar de destaque. Para além dos projetos de lei, da ação oposicionista ao governo tucano, da fiscalização rigorosa ao Executivo, da participação nas lutas do movimento popular, os compromissos do mandato incluem o engajamento na disputa pela hegemonia na sociedade. Para que o PT possa ganhar a adesão da maioria a seu projeto de uma nova sociedade, esta disputa de idéias há de ser permanente e qualificada. Portanto, defender as propostas petistas, respaldar nossos governos, apoiar reivindicações populares legítimas, preservar a identidade partidária são tarefas de toda a militância.

Com tal propósito, o mandato do deputado Rui Falcão produziu esta publicação, que contém uma longa entrevista concedida ao Blog do Zé Dirceu (www.zedirceu.com.br) e um texto (“O Frankenstein da Política Brasileira”) que amplia a palestra do deputado no seminário Construção de uma Alternativa para o Estado de São Paulo, organizado pelo Diretório Estadual do PT em 15 de março de 2008. Ambos os textos discorrem sobre a importância de preservar a identidade petista, principalmente diante das constantes investidas da elite, sempre interessada e desconstituir o PT e em transformar a política brasileira numa enorme geléia geral.



Operar um alinhamento político, ideológico, programático entre o PT e o PSDB – como volta-e-meia a mídia tenta fazer – é tão artificial quanto cruzar uma estrela com um tucano. Mas o “petucano”, uma ave clonada, de vôo alto e plumagem rubra, povoa os sonhos de quem acredita no fim da história e não diferencia a esquerda da direita.

O FRANKENSTEIN DA POLÍTICA BRASILEIRA

“A grande diferença que há entre as duas administrações é a concepção do Estado. No governo FHC, a concepção era de um Estado menor, mais regulador, voltado para os gastos prioritários na área social, privatizando, concedendo e terceirizando. No caso do governo Lula, até agora a orientação geral é mais Estado, mais funcionários, menos terceirização, menos privatização, menos capital privado, menos agências reguladoras, mais poder aos ministérios. Eu acho essa visão absolutamente ultrapassada e que não funciona”.

(José Mendonça de Barros, expoente da ala “desenvolvimentista” do PSDB).


Em um ano de eleições municipais, cujos resultados tendem a influenciar a sucessão dos governos estaduais e federal, é sempre bom que os partidos renovem seus compromissos e reafirmem seus programas, a fim de que as escolhas do eleitor, mais do que em torno de pessoas, se dêem em função de projetos de sociedade, de visões de mundo ainda que referidas a instâncias locais ou regionais.

Qualificar melhor as propostas, detalhar os planos, aclarar as diferenças entre os diversos programas em debate, cotejar vícios e virtudes, avançar do diagnóstico para as propostas factíveis – eis uma incumbência que cabe às candidaturas e lideranças partidárias, sobretudo as do PT, mais vinculadas a movimentos sociais e comprometidas com a democracia participativa.

O confronto de idéias na disputa partidária é tanto mais necessário quanto mais se sabe que as eleições municipais, sobretudo

nas cidades menores, tendem ao localismo, personificam o voto e favorecem alianças esdrúxulas – até porque a maioria dos partidos brasileiros carece de clareza programática e ideológica, ocultando freqüentemente seus interesses de classe.

Sobre esse pano de fundo, as ambigüidades prosperam. Interessados na confusão, os arautos contumazes do fim das polarizações e da indiferenciação entre esquerda e direita buscam seduzir os eleitores com as ilusões de classe. Nada melhor, diante do senso comum, do que igualar todos os partidos; nada mais oportuno do que alimentar a descrença nos políticos e na própria política. Nada mais profícuo, sob a ótica das classes dominantes, do que misturar tudo – as relações de classe, as diferenças culturais, a política, a economia, os partidos – numa imensa, disforme, letárgica geléia geral. ▶



É NUM CLIMA DE
DESPOLITIZAÇÃO QUE
RETORNA, AGORA EM
VERSÃO REMODELADA,
A VELHA TESE DA
APROXIMAÇÃO ENTRE
O PT E O PSDB

É num clima de despolitização que retorna, agora em versão remodelada, a velha tese da aproximação entre o PT e o PSDB.

Um sonhado alinhamento político, ideológico, programático que dissipasse as diferenças, apagasse os conflitos e produzisse uma nova agremiação, de perfil invertebrado, aguado, tipo social-democrata, cujo símbolo seria não mais o tucano do PSDB nem a estrela do PT, mas uma marca híbrida, algo como um “petucano”.

Seriam tantas as similitudes entre ambos – sustentam os fãs da mancebia – que bastaria uma aliança nacional tucano-petista para banir em definitivo a fisiologia e assim augurar um futuro alvissareiro à política brasileira... Ou, como preferem outros, poderia surgir um governo ideal, tucano-petista, petista-tucano, tanto faz, que somaria a propalada capacidade gerencial do PSDB à reconhecida preocupação social do PT.

a que ocorreu na Bahia para destronar o carlismo, nada haveria a repelir, desde que mantidos, no nosso caso, a identidade partidária e os objetivos estratégicos.

Mas o que se intenta com o conluio promíscuo é mascarar divergências de fundo, projetos estratégicos opostos, práticas político-administrativas incompatíveis, visões de democracia divergentes, enfim concepções ideológicas antagonicas entre partidos cujas origens, base social e programas discrepam radicalmente entre si.

Mais ainda, os adeptos da convergência demonstram ter memória curta, pois se esqueceram dos oito anos da parceria PSDB & PFL (cujo propósito expresso é “acabar com a nossa raça”), e das recentes juras de fidelidade de FHC aos “demos”, ocasião em que relembra ser o PT o principal inimigo a derrotar nas eleições. Não bastasse isso, vale recordar o fustigamento contínuo das CPIs politiqueiras e sem fundamento; as tentativas permanentes de desqualificar o presidente Lula por meio de ataques preconceituosos; o bloqueio do Orçamento até o início de 2008; a obstrução ao aumento do salário mínimo obrigando ao recurso a medida provisória para editá-lo; o boicote à saúde provocado pela extinção da CPMF, que resultou numa sangria de R\$ 40 bilhões no Orçamento da União.

Finalmente, mas não menos relevante, o ensaio de putsch contra o presidente Lula que antecedeu as eleições de 2006. A conspiração foi abortada não pelas convicções democráticas de seus líderes, mas por avaliações de conveniência e oportunidade. Calculavam eles que eventual pedido de impeachment seria desnecessário, visto que Lula e o PT sangrariam até morrer devido

★
6
★

**FOSSEM APENAS
ACORDOS PONTUAIS,
NADA HAVERIA
A REPELIR, DESDE
QUE MANTIDOS A
IDENTIDADE PARTIDÁRIA
E OS OBJETIVOS
ESTRATÉGICOS**

Diferenças, se existem, seriam de pouca nitidez, secundárias, realçadas artificialmente por uma encarniçada disputa de poder entre lideranças paulistas ou paulistanas – argumentam as parteiras desse Frankenstein partidário. E, para arrematar, apegam-se à suposta entente cordiale mineira e ao sofisma, repisado ad nauseam pela grande mídia, de que a política econômica do governo Lula seria mera continuidade da de FHC.

Fossem apenas acordos pontuais, como os que se dão em pleitos municipais país afora, a busca de pontos comuns de convivência, ou mesmo em alianças mais gerais, como

ao massacre denunciado orquestrado entre a oposição raivosa e a mídia conservadora.

Voltemos às origens. O PT nasceu no final dos anos 70, fruto do encontro histórico entre a nova geração de sindicalistas, forjados nas greves contra a política de arrocho do regime militar, com as organizações comunitárias, populares, vinculadas à Igreja Católica, e militantes de esquerda de várias origens, egressos da luta clandestina contra a ditadura. Sob a liderança maior de Lula, o PT inscreveu no programa de fundação o compromisso inarredável com o aprofundamento da democracia, com a emancipação dos trabalhadores e a construção de uma nova sociedade – justa, fraterna, solidária, radicalmente democrática, uma sociedade socialista.

Em menos de três décadas, o PT chegou a dirigir as maiores cidades do País, inovando nas políticas públicas com o modo petista de governar. Conquistou e reconquistou a Presidência da República com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, cujo governo e popularidade atingem níveis de aprovação nunca antes registrados graças às transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que vem empreendendo. Partido de esquerda, que elege diretamente seus dirigentes e promove prévias entre os filiados sempre que há mais de um concorrente ao mesmo posto, o PT virou referência internacional – e não apenas entre as organizações de esquerda.

Já o PSDB, autodefinido como social-democrata a despeito da carência de base sindical identificada, surgiu de uma costela do PMDB. Mais apropriadamente, da ruptura da frente peemedebista, em 1988, quando a hegemonia quercista

ensejou a saída da maioria das lideranças para fundarem outro partido.

PT e PSDB, cada um a seu modo, representam setores sociais diferentes. Pode dizer-se, sumariamente, que o PT luta ao lado dos

assalariados da cidade e do campo, dos sem-terra e sem-teto, dos funcionários públicos, trabalhadores informais, setores da intelectualidade e da pequena burguesia, enquanto os tucanos expressam os interesses do grande empresariado, dos rentistas, das camadas médias afluentes, da tecnocracia, de setores do meio artístico-intelectual e da direita desiludida com os velhos caciques tipo Maluf, Jânio ou ACM. Centro-esquerda, segundo alguns, ou a “direita com punhos de renda”, ao ver dos mais esclarecidos, eis o atual PSDB.

Estudioso da cena brasileira, o cientista político José Luís de Fiori assim caracteriza o PSDB:

“Vivem fechados e cercados numa cápsula que se afasta cada vez mais desse pobre ▶

**O QUE SE INTENTA
COM A PROMISCUIDADE É
MASCARAR DIVERGÊNCIAS
DE FUNDO, PROJETOS
ESTRATÉGICOS OPOSTOS,
PRÁTICAS POLÍTICO-
ADMINISTRATIVAS
INCOMPATÍVEIS, VISÕES
DE DEMOCRACIA
DIVERGENTES, CONCEPÇÕES
IDEOLÓGICAS ANTAGÔNICAS**



planeta chamado Brasil. É interessante observar como esse fenômeno foi ocorrendo dentro do carro-chefe dessa “rebelião das elites” que leva o nome de PSDB. É como se ele tivesse servido de foguete propulsor dessa cápsula onde viajam esses senhores autistas e ele mesmo foi se desfazendo de seus vários estágios na medida em que foi distanciando-se desse país. Assim, ficaram na beira do caminho, logo no início, descontentes com o rumo do seu partido, os velhos fundadores, em geral de inspiração social-cristã. Mas a nave seguiu comandada pelos políticos “realistas”, em geral vindos do velho MDB e que agora começam a ser desembarcados...” “O que foi sobrando. O pequeno núcleo central de poder desse simulacro de partido, composto basicamente por duas bandas de professores. De um lado o grupo mais extenso e predominantemente paulista, liderado desde há muito pelo então professor Cardoso. Do outro lado, um grupo menor de professores, predominantemente carioca, que durante a “década perdida”, entre uma aula e um plano econômico, e logo depois, no anos noventa, ora vendendo ora comprando patrimônio público, realizaram o milagre ético de passar da condição de professores à de banqueiros solidamente articulados com as finanças internacionais. Como se

sabe, foi desta união entre a proposta política bonapartista e filantrópica dos professores “neossociais” atrelada ao projeto ultraliberal dos professores que viraram banqueiros, que nasceu o núcleo duro da “social-democracia” que substituiu a tutela

militar: os professores e banqueiros em lugar dos militares; o ultraliberalismo em lugar do desenvolvimentismo.” (in **“Um Governo contra o Povo e a Nação”**, revista Praga, no. 6, págs. 119 e 120, 1998).

Parentesco do PSDB com alguém, se existe, não é com o PT, mas sim com a vetusta UDN do século passado, adversária ferrenha da reforma agrária e do movimento sindical e mentora do golpe militar de 1964. Numa adaptação livre do trabalho da professora Maria Victoria Benevides (“A UDN e o Udenismo”), é possível afirmar que o PSDB é a UDN sem o Brigadeiro Eduardo Gomes, este bem sucedido (eleitoralmente) pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

São muitas as semelhanças entre ambos. Vejamos. Tanto a UDN quanto o PSDB são um hit da classe média, estrato social dileto de alguns quadros do PT, que, ao buscarem junto a ela diálogo e atração – necessários e desejáveis –, empunham bandeiras adversas às de nossas bases sociais e eleitorais estratégicas.

Inúmeras são as analogias do PSDB com a UDN. O elitismo, por exemplo, está presente na proclamada superioridade moral dos tucanos. Traço forte dos udenistas, a superioridade moral é um princípio glorificado, na presunção elitista, preconceituosa e antidemocrática de que os “melhores” nunca podem perder. Daí não se conceber que um torneio mecânico, que mal passou pelos bancos escolares, possa ter “mais valor” do que o multi-doutor honoris causa FHC ou que “o melhor ministro da Saúde do mundo” José Serra.

O golpismo, justificável para resguardar a Constituição e para a defesa da lei e da ordem contra a baderna e a agitação, é

PARENTESCO COM O PSDB, SE EXISTE, NÃO É COM O PT, MAS SIM COM A UDN DO SÉCULO PASSADO, ADVERSÁRIA FERRENHA DA REFORMA AGRÁRIA E DO MOVIMENTO SINDICAL E MENTORA DO GOLPE MILITAR DE 1964

recorrente em ambas as agremiações. Basta ver a criminalização do MST e a violenta repressão à greve dos petroleiros, para “quebrar a espinha” do movimento sindical. Expressão dos novos tempos tucanos, de aversão às reivindicações econômico-sociais, ela foi sintetizada magistralmente pelo então ministro do Planejamento de FHC, o hoje governador José Serra:

“O pagamento do salário no dia combinado não é uma questão de direitos humanos, mas de disponibilidade do caixa”.

O moralismo, tão caro à retórica udenista, é revivido pelo tucanato, que, embora envolvido com a privatária, a compra de votos, a corrupção financeira e o denunciado envolvimento em negociatas com recursos públicos, enaltece suas supostas qualidades morais, inspiradas numa ética de decência, vergonha e dignidade, integralmente desconectada de sua prática política.

E há ainda os traços comuns do antipopulismo, que é, na verdade, uma aversão visceral à participação popular, à democracia de massas, ao reconhecimento dos direitos sociais. Haja vista a ação do prefeito Serra para proscrever o recém-criado Conselho de Representantes das Subprefeituras, o esvaziamento do Orçamento Participativo, a resistência de seu sucessor em reconhecer o Conselho de Saúde democraticamente eleito e a ausência de diálogo do agora governador do Estado com as centrais sindicais e organizações populares, a ofensiva malograda contra a autonomia universitária...

Tais incompatibilidades não repousam apenas em conceitos. Estendem-se na diferença de orientação dos governos do PSDB (FHC) e do PT (Lula), para mencionar apenas alguns exemplos,

quanto ao exercício do poder de Estado (como fica patente na epígrafe), à política externa e às políticas sociais, cotejadas a seguir.

O Papel e a Ação do Estado, sob FHC

De forma muito resumida, o modelo tucano na chamada era FHC, que deveria durar pelo menos 20 anos nas expectativas do ex-ministro Sérgio Motta, restringiu o papel do Estado a garantir a liberdade econômica (leia-se inexistência de entraves à acumulação do capital) e individual, a limitar a igualdade à igualdade jurídica e a prover serviços de educação aos mais pobres com vistas a aliviar os efeitos negativos da divisão social do trabalho. Seus postulados mais gerais supõem o mercado como única democracia autêntica e não encaram a sociedade como existente tal qual é, mas como um conjunto de indivíduos, abstraídos de seu contexto político e social.

Como decorrência, ou corolário dessas premissas, qualquer interferência do governo ▶



no mercado fere a liberdade econômica e individual, criando obstáculos ao progresso econômico e social dos cidadãos. Os conflitos sociais são reduzidos a mera expressão das disfunções na alocação de recursos, que são corrigidas espontaneamente pelo mercado tão logo o governo remova as barreiras erguidas pelo Estado ao exercício da livre concorrência. Por não aceitarem a existência da luta de classes e a existência de interesses díspares na sociedade, a liberdade significa, para eles, apenas uma suposta renovação recorrente da ordem natural, expressa no equilíbrio espontâneo de interesses operantes no mercado.

Sob FHC, as políticas do Estado brasileiro permaneceram subordinadas às orientações do chamado Consenso de Washington e sempre dependentes das regras estabelecidas pelo FMI, Banco Mundial e outros organismos multilaterais do exterior. Nos oito anos do tucanato, o Estado entregou à iniciativa privada não só a produção de bens e serviços, mas também a liderança de todo o processo de desenvolvimento econômico.

Reduzido a provedor subsidiário de funções públicas clássicas, como educação para os desafortunados, saúde, administração da justiça e segurança, o Estado debilitou-se sob o comando tucano, expondo-se à sua apropriação

pela iniciativa privada. Para isso contribuiu de modo especial o recurso às teorias organizacionais privadas — antes restritas ao interior das empresas e aos muros das fábricas —, que se converteram com FHC nas teorias políticas do Estado moderno.

Em síntese, com os tucanos, o Estado do bem-estar social dá lugar ao Estado regulador, que carrega em si a racionalidade empresarial das corporações transnacionais. A privatização das funções do Estado provoca uma transformação no aparelho de Estado, que, de planejador e indutor do desenvolvimento, desde a década de 1930, passa na década de 1990 a agenciador da acumulação e reprodução do capital.

A adoção do neoliberalismo no País, embora renegado no discurso tucano, provocou conseqüências econômicas e sociais devastadoras. A enumeração é cansativa, porém vale a pena rememorar:

1. Aumento sem precedentes da carga tributária, que passou dos 20-22% do PIB, no final dos anos 80 para 36,45% do PIB, em 2002;
2. Privatização de setores estratégicos, como energia, transportes e teleco-municações;
3. Políticas monetárias e fiscais conservadoras, desacompanhadas de políticas sociais compensatórias (darwinismo social);
4. Ampliação da abertura dos setores saúde e educação ao mundo empresarial;
5. Abertura comercial e financeira ao capital estrangeiro;
6. Privataria da Vale do Rio Doce, vendida por R\$ 3, 338 bilhões, ou seja, por um valor quase 100 vezes menor do que o atual;
7. Quadruplicação da dívida pública líquida total, que passou de R\$208,4 bilhões, em dezembro de 1995, para R\$881,1 bilhões, em dezembro de 2002, não obstante a transferência para o setor privado de importante fatia do patrimônio público, de US\$ 105 bilhões (câmbio vigente durante o período de paridade cambial);
8. Elevação da dívida de 29,9% para 55,9% do PIB;

NOS OITO ANOS DO TUCANATO, O ESTADO ENTREGOU À INICIATIVA PRIVADA NÃO SÓ A PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, MAS TAMBÉM A LIDERANÇA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

9. Quase triplicação da dívida pública externa, de 5,5% para 14,5% do PIB;
10. Pífia taxa média anual de crescimento do PIB, da ordem de 2,3%;
11. Duplicação da taxa média de desemprego aberto, de 3,1% da força de trabalho no período 1986-89 para 7,1% entre 1998-2002 (demissão de 2 milhões de trabalhadores);
12. Insegurança individual e coletiva, diante do aumento da violência e da expansão do crime organizado;
13. Avanços marginais na redução da mortalidade infantil e do analfabetismo (ao final de 8 anos de FHC, 40 milhões de pessoas abaixo da linha pobreza e 34,6 milhões de analfabetos funcionais; mortalidade de 30 crianças em cada 1000 por ano, antes de completar um ano de idade);
14. Estabilidade monetária gravemente abalada a partir de janeiro de 1999, com o refluxo dos capitais (crise financeira internacional e subsequente desvalorização do câmbio);
15. Paralisia dos investimentos privados.

O Papel e a Ação do Estado, com Lula

Por acreditar em que o papel do Estado é o de promover a igualdade e assegurar a liberdade, o governo Lula retomou as iniciativas de planejamento e de projetos capazes de induzir a retomada do desenvolvimento. E, ao fazê-lo, incorporou a população, através de seus vários segmentos representativos, nos processos de decisão – um impulso decisivo para o fortalecimento da democracia participativa no País.

Graças a uma política centrada na retomada

do investimento do setor público (da qual o PAC é expressão mais acabada), na geração de empregos, no fortalecimento do mercado interno, na diversificação dos parceiros comerciais, na distribuição de renda, na redução das desigualdades sociais, o Brasil retomou o caminho do desenvolvimento, agora sustentável e mais resistente a crises externas, como a que sacode a economia dos Estados Unidos atualmente.

Eis alguns Exemplos, na Questão do Estado, da Nova Postura Adotada pelo Governo Petista: Suspensão do programa de privatização das estatais estratégicas;

Mobilização da capacidade de investimento das empresas estatais sobreviventes (Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste, Eletrobrás e outras) para a reorganização do Estado e para o funcionamento da economia;

3. Fortalecimento dos setores estratégicos, incluída a indústria da defesa;

4. Recuperação da vocação do BNDES como banco de fomento;

5. Ampliação do quadro de servidores públicos;

6. Eliminação da dívida externa;

7. Controle da expansão da dívida interna (redução como proporção do PIB);

8. Acúmulo inédito de reservas (condição externa credora pela primeira vez na história, o que reduz sobremaneira a vulnerabilidade do País);

9. Obtenção do chamado grau de investimento pelas agências de rating, que torna o Brasil mais atrativo para os investimentos ►

A ADOÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO PAÍS, EMBORA RENEGADO NO DISCURSOTUCANO, PROVOCOU CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DEVASTADORAS

estrangeiros; redução da libor (componente da taxa internacional de juros);

10. Vigorosa retomada do crescimento econômico;

11. Fortalecimento dos processos indutores do desenvolvimento sustentável;

12. Vertiginoso processo de expansão do mercado interno;

13. Índices elevados de redução da pobreza e de aumento da distribuição da renda.

Com FHC, a Diplomacia da Submissão

Uma política externa de integração subordinada, de rendição à ordem unipolar e à chamada “globalização assimétrica” — assim pode ser resumida a postura do governo FHC no contexto das relações entre as nações. Pessimista (“País atrasado em relação ao mundo”), deliberadamente passiva ante as investidas das supostas forças do mercado e de portas do País escancaradas à livre circulação de capitais, à especulação financeira internacional e à desnacionalização da economia — eis as linhas que marcaram a diplomacia sob orientação tucana.

Tal política conduziu à abdicação do papel do Brasil como protagonista na construção de um novo sistema político internacional multipolar. Assim é que a ação diplomática do Itamaraty foi circunscrita à negociação das regras do comércio internacional nos organismos multilaterais tipo OMC. Com a renúncia ao papel do Brasil como protagonista-nação,

desenvolveu-se uma espécie de diplomacia presidencial, restando-lhe como função a busca de prestígio nacional secundário na figura do chefe de Estado, encarnado no presidente-PhD poliglota.

Confinado a atividades técnico-burocráticas, o Itamaraty teve delegadas a elaboração e a execução da política exterior para o Ministério da Fazenda, tendo como fator o ministro Pedro Malan, intimamente identificado com o programa do FMI, do Banco Mundial e do Consenso de Washington. Como já dito anteriormente, a ausência de uma estratégia de resistência e afirmação no contexto internacional acarretou uma abertura indiscriminada do mercado brasileiro à especulação financeira internacional, com as seqüelas conhecidas de desnacionalização e privatização de setores estratégicos para o desenvolvimento.

Com Lula, uma Integração Ativa e Ativa

Diferentemente de seu antecessor, o governo Lula adotou uma postura ativa e pragmática em matéria de política externa. Restabeleceu a dimensão política na ação diplomática, não dissociada das dimensões econômica e social. Uma diplomacia realista engendra um campo de reafirmação dos interesses nacionais e de protagonismo nas relações internacionais, encerrando a época FHC de estagnação e esvaziamento.

Logo de início, o Itamaraty entabulou alianças fora do hemisfério, a fim de expandir a influência do Brasil no âmbito internacional.

A POLÍTICA EXTERNA TUCANA CAPITULOU PERANTE O STATUS QUO E CONDUZIU À ABDICAÇÃO DO PAPEL DO BRASIL COMO PROTAGONISTA NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL

Em um mesmo movimento, priorizou a reconstrução do Mercosul e a integração da América do Sul, com vistas a reverter a sua marginalização, garantir a governabilidade e lastrear o desenvolvimento regional, além de fortalecê-la e ao Brasil, em especial, nas negociações internacionais. Orientado pelo mesmo objetivo, o governo Lula estreitou os vínculos diplomáticos e ampliou parcerias e relações comerciais com a África, sem descuidar, naturalmente, de ensaiar parcerias estratégicas com potências emergentes como China, Índia, Rússia e África do Sul.

Esse conjunto de iniciativas, que persegue o estabelecimento de um sistema internacional multipolar, regido por princípios democráticos, não somente contribuiu para reduzir o desequilíbrio nas relações com as grandes potências, como também conferiu ao Brasil maior poder de barganha, proporcional ao seu peso internacional.

A nova política exterior foi também valorizada pela inserção da dimensão

social nas negociações internacionais — uma extensão natural das políticas internas do governo Lula. Pois as propostas sociais de Lula vão ao encontro da nova agenda internacional, que busca corrigir as distorções criadas pela globalização, até então limitada a questões de liberalização do comércio e dos investimentos. Lembre-se que a ascensão de Lula ao poder, legitimada por esmagadora maioria votos, deu ensejo às iniciativas para a criação da nova agenda.

Em tudo oposto a FHC, que lançou o País no torvelinho da crise neoliberal e ao desprestígio internacional, o projeto interno do governo Lula respalda as ações da diplomacia e tem um forte impacto internacional, assim como, inversamente, as ações da diplomacia visam ao fortalecimento da estratégia de desenvolvimento nacional sustentável. ▶

O GOVERNO LULA RESTABELECEU A DIMENSÃO POLÍTICA NA AÇÃO DIPLOMÁTICA, NÃO DISSOCIADA DAS DIMENSÕES ECONÔMICA E SOCIAL



A campanha de combate à fome, por exemplo, representa o elemento simbólico que acena para a construção de um projeto nacional, de reverberação ao mesmo tempo universal, em resposta à crise da globalização neoliberal. Iniciativas como a revalorização do mercado doméstico e da capacidade de poupança interna consubstanciam uma estratégia de fortalecimento nacional e de uma presença internacional robusta e qualificada. As políticas sociais, energética, urbana, fundiária e industrial do governo Lula conformam uma vontade política nesse sentido.

Paralelamente, o carisma do presidente sintetiza em sua figura franca e simples as características que o mundo admira no Brasil. Isso tem propiciado a Lula desenvolver mais facilmente uma intensa agenda internacional como porta-voz desse projeto.

O Brasil sob o governo Lula atua com otimismo e vontade política, criando constantemente fatos na área internacional. Em contraste, com FHC o País sofria de baixa auto-estima, pois os governos Collor e FHC rendiam-se a uma visão de país atrasado, submisso aos constrangimentos neoliberais demandados pelos países ricos.

Atualmente, ao contrário, o País se considera

como um protagonista de mesmo nível, com capacidade de negociação e portador de um projeto nacional que pode contribuir para fortalecer a inserção da agenda social na globalização, em proveito da comunidade das nações. Em lugar de discursos lamurientos sobre o atavismo do

atraso brasileiro (Collor e FHC), eivados de uma obediência militante, o Brasil busca agora na ação diplomática apoiar por todos os meios ao seu alcance a realização do projeto nacional.

O Social, segundo FHC

Sob o governo tucano, as políticas sociais converteram-se em instrumento da introdução da racionalidade mercantil na esfera pública — um cavalo de Tróia para entronizar o mercado no lugar do Estado. Ao priorizar os direitos individuais sobre os sociais (concepção de igualdade jurídica dos liberais), os tucanos introjetaram nas funções públicas os valores e critérios do mercado (a eficiência como critério básico; todos devem pagar pelo que recebem; os órgãos descentralizados devem concorrer pelos recursos públicos com base na eficiência da prestação de serviços segundo indicadores uniformes etc.).

No governo FHC, as redes de seguro social foram desmanteladas, em seu estágio historicamente incipiente, e passaram a constituir um resíduo de solidariedade pública à benemerência privada para com os miseráveis.

Um caso exemplar de (ausência) de política social nesse período foi a orientação imprimida à educação, que foi despolitizada como prática social e reduzida ao adestramento para o mercado. Nessa condição, o prioritário são os meios para atualizar rapidamente o conhecimento, visando ao treinamento, a familiaridade com a tecnologia do cotidiano. A formação voltada para a elevação da condição humana do cidadão não compensa face aos parâmetros da

**SOB O GOVERNO
TUCANO, AS
POLÍTICAS SOCIAIS
CONVERTERAM-SE
EM INSTRUMENTO
DA INTRODUÇÃO
DA RACIONALIDADE
MERCANTIL NA
ESFERA PÚBLICA**

avaliação de custo-benefício ditados pelo mercado.

Rezando pela cartilha do Banco Mundial, o governo do PSDB privatizou o ensino técnico e promoveu renúncia fiscal para ampliar a participação do setor privado no ensino de graduação, um dos mais rentáveis.

O Social, segundo Lula

Principal marca distintiva do governo, as políticas sociais são para Lula um instrumento de transformação social. É dever do Estado proporcionar serviços sociais como educação, saúde e previdência. Com Lula, as políticas sociais são uma resposta ao crescente descrédito da democracia representativa como mecanismo eficaz de agregação de interesses e resolução de conflitos. Contribuem, ainda, para a governabilidade, vez que removem a desconfiança da população nas autoridades em razão de sua promiscuidade com os interesses das elites e dos grandes grupos econômicos.

As políticas sociais levam a um novo tipo de relação entre Estado e sociedade, que se caracteriza por atender conjuntamente aos princípios do reconhecimento, da participação e da redistribuição. Investidas do papel de transformadoras das relações de poder e das práticas administrativas correspondentes, as políticas sociais do governo Lula debilitam as velhas estruturas de poder – sobretudo nos grotões e nas periferias urbanas — onde imperam a centralidade, a iniquidade e a exclusão.

Ao contrário do governo FHC, que tratou a educação como mercadoria, sob Lula o Estado reassume a responsabilidade pela orientação da educação integral (profissional

e humana). Recupera a crença na possibilidade de educação plena dos seres humanos, restabelece a confiança na influência de instituições sobre a conduta humana e prioriza os direitos e necessidades sociais diante dos direitos

individuais. Sua principal diretriz: realçar o sentido da educação como prática social, como campo de luta ideológica, para socializar o ser humano, sujeito e objeto da democracia participativa.

Desdobramento desta política é a ênfase inédita na universalização da educação em todos os níveis, um amplo programa de investimentos para a melhoria da qualidade do ensino e a extensão da rede de escolas técnicas públicas, que haviam sido entregues aos cuidados do mercado por FHC.

A título de conclusão. Não é a primeira, nem será a última vez que a carência de discussão política ou o descaso para com a formação da militância abrem o flanco para que se embaralhem as idéias no interior do PT. Na ressaca das eleições de 1982, quando o sistema do voto vinculado impediu que o PT e Lula, então candidato a governador de São Paulo, obtivessem uma grande acolhida do eleitorado, muita gente boa debandou. Alguns atribuíam o insucesso eleitoral ao modelo de partido, amplo, democrático e de massas. Preconizavam um partido de quadros, com militantes aguerridos, poucos, mas bons. Outros tantos, entusiasmados com a vitória de Brizola no Rio de Janeiro, propunham a fusão com o PDT, para vitaminar um grande partido trabalhista ►

**PRINCIPAL MARCA
DISTINTIVA DO
GOVERNO, AS
POLÍTICAS SOCIAIS
SÃO PARA LULA UM
INSTRUMENTO DE
TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL**

no País. Finalmente, havia os defensores de uma diluição no interior do PMDB dos “autênticos”.

Inicialmente com a “Articulação dos 113” em São Paulo, onde mais forte soava a debandada, mas depois em escala nacional, ecoou o toque de reunir: “O PT não se funde nem se confunde” foi a palavra de ordem que resgatou o projeto fundador do partido e orientou a ação dos novos dirigentes.

Mas houve outros momentos de confusão, como no episódio do Colégio Eleitoral, em que alguns parlamentares, em flagrante desrespeito ao plebiscito partidário, insistiram em participar da eleição indireta de Tancredo Neves, que convalidava – pela enésima vez na história brasileira – a transição pelo alto, pela qual a elite civil negociou com os militares a derrota da Campanha das Diretas em troca da de um presidente em eleição restrita. Seguiu-se, anos depois, a tentação de integrar o governo Itamar, estribada no sofisma “se nós ajudamos a derrubar Collor, temos a obrigação de participar do governo que o sucedeu”. As cartas e as idéias voltaram a se embaralhar com o projeto de uma “nova esquerda”, um ménage à trois entre alguns petistas, tucanos e (ex)comunistas do PPS, que resultou numa revista de baixa tiragem e curta duração.

A recaída atual talvez seja a mais grave. Não somente pelo porte e poder de tucanos e petistas, mas porque transcende o presente imediato e almeja o futuro. Quem sabe, a Presidência da República.

Mas o que está em risco, mais até que a sucessão de Lula não passar por uma candidatura petista, é o projeto partidário, nossa inconfundível identidade. Desfigurá-la no imediatismo de uma tática confusa, dissolvê-la nessa viscosa meleca de siglas amorfas é o mesmo que dilapidar um patrimônio que milhares de militantes anônimos (as) dedicaram suas vidas para acumular.

A marcha batida e sem pruridos para um centro inodoro, insípido e incolor – tentando contentar gregos e troianos -- tem levado ao fracasso partidos da melhor estirpe e os tem precipitado a fragorosas derrotas eleitorais, como se viu há pouco na Itália.

Para quem acredita em que a vitória ideológica precede as grandes vitórias políticas, é bom não baixar a guarda. Afinal, a estrela vermelha do PT tem cinco pontas (não bicos) e em nada se assemelha a essa ave predadora da família dos ranfastídeos, que voa baixo e vive pulando de galho em galho.

(#) Este texto é a ampliação de uma palestra proferida durante o seminário Construção de uma Alternativa para o PT de São Paulo, promovido pelo Diretório Estadual do PT, em 15 de março de 2008. Agradecemos a contribuição do jornalista Nivaldo Manzano, que colaborou com a pesquisa, mas a responsabilidade do artigo é exclusiva do autor.

SEM REFUNDAÇÕES, O PT REAFIRMA A IDENTIDADE

Em entrevista ao Blog do Zé Dirceu, realizada em março de 2008, Rui Falcão avalia o PT como oposição e como governo. Põe em discussão mudanças no partido, sem mexer nos seus fundamentos, como condição para crescer e se atualizar, o que implica retomar o debate interno, com vistas à formulação de um projeto para o país. Esta é uma tarefa vital, principalmente no pós-Lula. Na conversa com José Dirceu, da qual participaram também os jornalistas *Aristeu Moreira* e *Tatiana Carlotti*, Rui afirma que “não há um debate e uma formulação que transitem por dentro do PT. O próprio balanço de nossas experiências à frente de governos estaduais e prefeituras”, diz ele, “não está disseminado no conjunto da militância” (...) “Hoje, não temos uma direção hegemônica, não temos um centro político”.

Ex-secretário de Governo na gestão da prefeita Marta Suplicy, Rui Falcão faz também uma avaliação dos quatro anos do governo petista na cidade de São Paulo e compara a administração petista com a do atual prefeito Gilberto Kassab.

A seguir, a entrevista,
na íntegra.

É PRECISO TER UM PARTIDO MAIS AJUSTADO À CONJUNTURA, AO FATO DE OCUPARMOS A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Zé Dirceu (ZD) – Vamos começar fazendo uma avaliação sobre o PT como oposição e como governo.

Cinco anos de governo: como você analisa as principais mudanças pelas quais o PT passou e como vê o Partido no governo?

Rui Falcão (RF) – É

preciso ressaltar o papel transformador do PT na sociedade brasileira. Um partido que nasceu fazendo democracia, nasceu democrático e se colocou como alternativa de poder na sociedade. Avançou com muita dificuldade, vencendo inicialmente as concepções movimentistas, naturais devido em parte aos setores que o compuseram. As visões também estreitas, aparelhistas, herança de um período anterior de nossa história. E, depois de muitos anos, ter feito uma trajetória distinta dos outros partidos, inédita na história política do país, galgou o patamar máximo a que se propusera, que era a Presidência da República.

Na Presidência, o PT, seu programa de governo e sua liderança maior - o Lula - estão promovendo transformações importantes. O PT faz um contraponto aos tucanos no projeto de Estado, sociedade e democracia, que, como idéia de sociedade, ainda é hegemônico. Os tucanos substituem progressivamente aquela velha direita do período militar. São a direita moderna ou “centro-direita”, como você chama em artigo recente. Ou, como chamei, anteriormente, a “direita com punhos de renda”. É preciso que daqui para frente o PT, principalmente pensando-se na sucessão do Lula, tenha um projeto maior de país. É algo que nos falta,

porque a gente se colocou como limite - por força também da liderança do Lula - conquistar a Presidência da República.

Nós sabemos que a Presidência da República é uma parcela de poder importante; mas por si só não é suficiente para se construir um projeto de transformação mais estratégico. A isso se opõe o poder da mídia conservadora, apesar da criação agora da TV pública. As próprias regras do jogo eleitoral nos são prejudiciais e precisam ser alteradas por uma reforma política. Também é prejudicial o papel do Senado; para quem ainda não compreende o peso conservador dele, vimos o novo salário mínimo de US\$ 250 feito por Medida Provisória (MP). Por que por MP? Porque se se deixasse para o Senado nós não teríamos o salário mínimo no período em que Lula e o governo se haviam comprometido.

Quando eu digo que o PT precisa se modificar, crescer e se modernizar, no sentido de ter um projeto de país, eu repilo aquelas idéias refundacionistas que, durante o último encontro, durante o último PED, foram difundidas no partido. Quando as rejeito, não significa que os companheiros não tenham direito de propô-las, pois faz parte do nosso debate político e democrático, mas acredito que os fundamentos do PT, a sua história e conquistas estão aí firmes; portanto, não há porquê refundá-las.

É preciso ter um partido mais ajustado à conjuntura, ao fato de ocuparmos a Presidência da República. O país espera mais de nós; e, como partido, nós não temos, por exemplo, um projeto totalmente acabado de política industrial. A própria

questão da inserção do Brasil no mundo ainda passa por uma transição entre aquela inserção subordinada, na qual o Fernando Henrique achava que o Brasil tinha que entrar como sócio menor na globalização, - tal como se dava - e o período agora de afirmação com integração sul e latino-americana e chega até à demanda por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Mas isso é mais posto pelo Lula e por figuras do governo. Não há um debate e uma formulação que transitem por dentro do PT. O próprio balanço de nossas experiências à frente de governos estaduais e prefeituras não está disseminado no conjunto da militância. Temos hoje uma parcela grande de nossos quadros nos governos de uma maneira geral. Algumas de nossas principais lideranças foram injustamente sacrificadas pela direita e pela mídia, e houve resistência menor de nossa parte. Nós não podíamos ter admitido aquele julgamento político que houve sobre vários de nós - principalmente o seu - e isso também faz falta ao PT. Hoje não temos uma direção hegemônica, não temos um centro político. Aqui em São Paulo, por exemplo, faz-se uma tentativa de construir isso através da figura do Edinho (presidente do diretório estadual), que conseguiu convergir para si várias correntes de opinião. Acho que o PT vive um momento de transição nesse sentido.

ZD - Qual o passo importante agora?

RF - É criarmos as condições, primeiro, para ter mais claro esse projeto de país no pós-Lula. Segundo, tendo esse projeto claro, é saber como permitir que a sucessão do Lula se dê num campo em

que o nosso projeto tenha continuidade e avance. Eu acho que isso pode se dar predominantemente, embora não exclusivamente, com a candidatura do PT. No campo das nossas alianças, no campo democrático popular, temos de fazer esse debate, ver quais os nomes que se colocam, no meu entender priorizando uma candidatura do PT. Até porque temos lideranças e nomes para isso.

ZD – Qual a avaliação que você faz do comportamento do conjunto do PT e da legenda como partido diante das crises que nós enfrentamos no primeiro governo do Lula, até chegar, agora, nos cartões corporativos...

RF - Há três questões aí. A primeira delas é um despreparo muito grande do PT para o debate político. Essa institucionalização necessária do partido, sua participação nos governos fez com que refluísse muito o debate político e a formação política nas nossas instâncias. ▶



FALTA AO PT DEBATE POLÍTICO, DE PREPARAÇÃO, PARA ENTENDER OS FENÔMENOS QUE ESTÃO ACONTECENDO E TER ARGUMENTOS PARA SE CONTRAPOR

Então, diante da ofensiva da mídia, e de nossos adversários principalmente - que se casam, nesse particular - a nossa tendência era assim: antes, tudo o que diziam do PT era mentira. Desmentia-se antes para perguntar depois o que estava acontecendo, o que era ruim, criava-se um certo maniqueísmo. Depois, passamos para o outro oposto. Hoje tudo o que a mídia e os nossos adversários dizem sobre nós já provoca uma paralisia inicial, uma falta de defesa. Primeiro fazemos um esclarecimento prévio para depois tentar ir para a ofensiva. Essa falta de informação, de capacidade de travar o debate político é um problema que repercutiu nisso que você está perguntando.

ZD - Qual a origem dessa falta de músculos para continuar a participar aguerrido? O fato de ser governo?

RF - Não, a falta é de debate político, de preparação para entender os fenômenos que estão acontecendo e ter argumentos para se contrapor. Antes, o argumento era: tudo o que é do PT é bom e o resto não serve para nada. Passou-se para o contrário depois.

A ofensiva é muito grande, nós passamos a ser governo, e tem que se dar respostas à sociedade. Nem tudo o que se dizia que íamos fazer é possível. Criou-se uma expectativa muito grande. A própria chegada do PT a prefeituras gerou uma expectativa enorme, de mudança, de atender ao povo. E isso numa Presidência da República é mais ainda. Então, muitos

se acovardam, também por falta de argumento e informação.

A segunda coisa, também relacionada, é responder como cada político quer manter o mandato. Há a ilusão de que, com uma postura mais flexível, pode-se ficar bem com a mídia e ter uma interlocução maior junto à classe média. É a sedução da classe média. Então, não pega bem você defender certas teses.

Em terceiro lugar, uma coisa que diz respeito a algo que deve transcender o PT e que é fundamental nas relações políticas de qualquer partido: a solidariedade. Os laços de solidariedade, principalmente nesses últimos episódios, foram se dissolvendo. Simplificando, foi uma coisa assim: na campanha eleitoral, defendiam os companheiros; mas quando não tinham mais argumento e o adversário continuava insistindo nisso (acusações), diziam “não, mas eu estou fora disso!”. Esse é o recuo definitivo. Você cria um PT limpo e o PT dos condenados.

ZD - Não foi uma escolha, num certo momento, não recorrer nessas crises à tática de enfrentamento e mobilização que historicamente fazia? Não foi uma escolha de maneira consciente, tipo “não vamos optar pelo enfrentamento e pela mobilização, porque isso radicaliza a situação do país” e a gente perde a governabilidade?

RF - Não houve nem essa escolha. Nem se cogitou disso. Nós descuidamos de estreitar relações com os chamados movimentos sociais organizados, que por sua vez também assumiram outras características, vivenciaram suas crises. O problema da reestruturação produtiva, do desemprego, tudo isso afetou esses

movimentos. Vamos lembrar que nós tivemos o período do FHC com 18% de taxa de desemprego e hoje nós estamos com um dígito, abaixo de 10%.

ZD - Em algumas regiões do país caiu para menos de 5%.

RF - É e isso também produz conseqüências. E hoje tem isso - dominante no PT - de não se enxergar a democracia, o conflito de idéias, de setores sociais, como um componente essencial da democracia. Em momentos de crise, de ofensiva dos adversários, é justo se conclamar a mobilização da base social. Porque os adversários fazem isso, não com o povo na rua porque não têm essa condição. Se tivessem, fariam. Mas eles fazem pela mídia, pela TV, por revistas. A solidariedade é uma coisa que parece moral, mas é um componente da resistência.

ZD - Os chamados movimentos sociais, pelo menos a CUT, a UNE, as entidades, em determinado momento, saíram em defesa do presidente.

RF - Saíram. A pergunta é se não pensamos nessa escolha, que era chamar. Eles saíram sem que ninguém os chamasse. Mas a solidariedade a que eu estou me referindo é mais a interna; diz respeito às pessoas que foram atingidas por denúncias.

ZD - É interna. Aí, no caso, foi menos os movimentos sociais e mais o PT que se paralisou, não foi capaz de dar uma resposta.

RF - Eu estou falando de solidariedade às pessoas que foram atingidas por denúncias.

ZD - Quem deu o tom duas vezes sobre essa questão foi o próprio Lula. No primeiro

semestre de 2007, em Salvador, ele fez uma crítica àqueles que não defenderam os acusados, o governo e o partido. E, depois, no segundo semestre de 2007, no Congresso do PT, ele chamou o partido para prestar solidariedade a todos, porque até que se prove o contrário todos tinham direito à presunção da inocência.

RF - Nos anos 60, tinha uma liderança dos Panteras Negras, nos Estados Unidos, o Eldridge Cleaver, para quem cada militante deveria ser um alvo fácil para o partido. Não é no sentido de atirar, mas de ter confiança, lealdade, solidariedade. Sem isso, campeia o pragmatismo, não se cria unidade política, não se fortalecem a luta e o partido. E isso é mais necessário nos momentos de crise, porque quando está tudo bem...

ZD - O comportamento durante a crise foi permeado pela disputa interna.

RF - Mas essa disputa interna deveria ter sido travada apenas no plano das idéias, num debate quente e agudo, que pode chegar às últimas conseqüências.

ZD - Como você avalia a atuação da oposição agora? O PFL (agora DEM) e o PSDB? E o comportamento do PT na relação com a oposição?

RF - Eu não gosto de abjurar o modo como fizemos oposição. Não concordo com essa história de que o PT fazia uma oposição inconstante, selvagem. Quero deixar claro que oposição é para fazer oposição. Como disse uma vez o filho do Carlos Lacerda (governador do extinto ►

**É PRECISO
ENXERGAR O
CONFLITO DE
IDÉIAS, DE SETORES
SOCIAIS, COMO
UM COMPONENTE
ESSENCIAL DA
DEMOCRACIA**

SERIA PRECISO JOGAR O PESO E TODA A FORÇA DO GOVERNO PARA FAZER A REFORMA POLÍTICA

Estado da Guanabara, maior liderança da velha UDN), o (editor) Sérgio Lacerda, para um alto dirigente do PT, que falava em fazer oposição propositiva: “Gozado essa idéia de

vocês. Papai quando era oposição dizia que oposição era para atrapalhar o governo”. Concordo. Acho isso. Oposição não é para ajudar o governo. Tem um projeto distinto de país, e é para dificultar, para fazer prevalecer o seu projeto. Nesse sentido, a oposição, tanto a do DEM quanto a do PSDB, com pequenas nuances, é uma oposição para valer. Hoje estão contidas pela grande popularidade do Lula e pelo sucesso de algumas políticas do governo. Mas vamos lembrar que eles tentaram derrubar o Lula. E não há uma composição política diferente agora para que tenham mudado. Só mudaram em função da correlação de forças, expressa agora pela popularidade e pela adesão às nossas políticas. E nesse sentido nós temos sido excessivamente tolerantes. Ficamos na defensiva em relação à constituição de CPIs que não se justificam.

Vejamos o problema dos cartões corporativos, por exemplo. Há toda transparência nisso, com a CGU, com o Tribunal de Contas acompanhando – órgãos, inclusive, nos quais a oposição vai buscar as denúncias. Aí nós, num primeiro momento recusamos e depois concordamos com a CPI. E não fazemos, não estabelecemos, não mostramos o contraponto vigoroso com a política deles nos lugares onde são governo. O Alckmin enterrou 69 CPIs. O Serra em

enterrou nove. O líder do Serra, deputado Barros Munhoz, diz: “Se quiserem CPI, venham no voto e ganhem eleição”. Isso expressa a concepção de democracia deles: democracia a cada quatro anos, só a cada quatro anos, em eleição, sem participação popular. Já em Brasília é uma CPI atrás da outra. Por que a gente não faz o contraponto com o que eles fazem (em relação à CPI) onde são governo? Do ponto de vista público, não aparece que nós somos transparentes, que abrimos tudo. O que aparece é o seguinte: uma longa campanha de desgaste para implantar a CPI e, implantada, eles dizem que vai acabar em pizza porque o governo controla. Eu não entendo o porquê dessa estratégia.

Outra coisa em que vacilamos no primeiro ano, e não sei se teremos condições de fazer agora, é não ter jogado o peso e toda a força do governo para fazer a reforma política. Essa discussão no PT está mal feita, pouco aprofundada. E o partido não toma a decisão de aprofundá-la. Quando chegar no próximo momento, a próxima oportunidade, vai se dizer que não se pode tomar posição porque não se discutiu... Questões como voto em lista e o papel do Senado não são debatidas. Programaticamente, o PT defendia ou o sistema unicameral, existente em vários países, ou o bicameralismo sem os poderes (do Senado) de revisão, de proposição, uma excrescência numa sociedade democrática moderna. E aí reside a nossa principal dificuldade com a oposição: somos minoria no Senado apesar de todas as concessões que já se fizeram. É preciso tornar essa disputa mais nítida; e os ministros, os nossos deputados e senadores serem propagadores disso.

No primeiro governo Lula, os ministros setoriais não faziam a defesa de nossas políticas, não travavam o embate político. Ministro é para isso. “O cara não é médico como ministro da Saúde”. O ministro, ali naquele posto, é um político. Claro, tem que ter competência técnica, uma equipe setorializada, saber fazer opções, mas também tem de ir para a disputa política, ir para o embate em defesa do programa do governo, e muitas vezes aceitar o sacrifício para que o presidente fique só com as boas realizações e não se exponha.

ZD - Analistas afirmam que o PT no governo ficou muito parecido com o PSDB programaticamente. Quadros do PT chegam a propor alguma forma de acordo com o PSDB. Qual é a sua avaliação disso?

RF - Tomo como referência artigo recente do José Dirceu no Jornal do Brasil. Ele admite sim, como eu admito, hipóteses de alianças pontuais, eleitorais, acordos no Parlamento. Isso é natural e há várias cidades que já governamos em conjunto. Mas não há nenhuma semelhança programática de origem e base social com o PSDB. E isso não se deve à disputa aqui em São Paulo. Nós podemos ver essas diferenças na visão de Estado que o PSDB tem, formulada pelo Fernando Henrique e por seus seguidores, como o Serra.

ZD - Foi afirmada pelo Malan num artigo recente em O Estado de S.Paulo...

RF - Nessa questão (visão de Estado) eu quero lembrar uma declaração do Serra quando ministro do Planejamento e que expressa muito essa diferença. Ele dizia sobre o funcionalismo, declaração textual: “O pagamento do salário em dia não é uma questão de direitos humanos, mas uma questão de fluxo de caixa”. Direitos.

Ora, um dos pontos fundamentais de direitos humanos é se ter o pagamento em dia, e não uma questão de fluxo de caixa! Para eles a concepção de conquista de direito é uma coisa que fica subordinada ao mercado.

Não é por outra razão que, na reforma do Estado feita pelo FHC, eles colocam a Educação e a Universidade no campo das organizações sociais que podem ser delegadas, terceirizadas etc. Então, eles têm uma concepção de Estado diferente da nossa. Basta ver a privatização do Estado, todo o processo chamado de “privataria” ▶



NOSSOS GOVERNOS E NOSSAS ADMINISTRAÇÕES, EMBORA SEJAM EXERCIDOS PARA TODA A SOCIEDADE, AMPLIAM OS DIREITOS DE QUEM TEM MENOS. O PSDB DIVERGE COMPLETAMENTE DISSO

que eles promoveram. O Estado é para servir o grande capital, como foi o episódio do Proer. Como é nos Estados Unidos agora na crise dos empréstimos imobiliários, da subprime.

A concepção de democracia tucana nós vimos aplicada em São Paulo recentemente no processo de centralização que o Serra está fazendo no Estado. Antes disso, assim que assumiu a prefeitura, ele entrou na Justiça pedindo impugnação do

Conselho de Representantes e o dissolveu – um Conselho que demorou dez anos para ser aprovado e está escrito na Lei Orgânica do Município. Vimos o mesmo, agora, mais recentemente, com o Conselho Municipal de Saúde, eleito com ampla representação e que não é reconhecido por eles. Vimos o fim do Orçamento Participativo na Capital e a reconcentração do orçamento na subprefeitura. São visões diferentes sobre a democracia que queremos e de que precisamos. A deles é a democracia como mera formalidade, a democracia liberal no pior sentido. A concepção de política externa, também, é totalmente diferente, basta comparar. O Itamaraty é o mesmo, tanto no governo FHC como no de Lula, mas as políticas são distintas. Os que pregam a quase fusão entre o PT e o PSDB não entendem que há luta de classes na sociedade, e que os partidos expressam reivindicações e posições de setores sociais e econômicos diferentes.

Nós do PT nos definimos originariamente como um partido socialista. Eles se definem como social-democratas. Sem serem. Nossos governos e nossas administrações, embora sejam exercidos para toda a sociedade, ampliam os direitos de quem tem menos. Defendem uma política tributária de justiça fiscal - quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos. São expressões da nossa política que derivam de nossa origem nos setores sociais que o PT representa. E o PSDB diverge completamente disso.

O rompimento do PSDB com o PMDB, em nome da moralização dos costumes, retoma a tradição udenista, que, aliás, se infiltrou mais recentemente também no PT. Todas as lideranças populares do antigo MDB que enfrentaram a ditadura foram, progressivamente, sendo alijadas do partido. Se se fizer um balanço da trajetória dos dois partidos, vai observar-se que alguns que ficaram no PMDB acabaram migrando depois para o PSDB para não serem extintos, como foi o caso, por exemplo, do Aloysio Nunes Ferreira Filho. Essa idéia de proximidade, de quase união, tem que ser muito debatida no PT para que não prevaleça a despolitização e essa história de que o problema (que impede a união) é São Paulo (ver, a propósito do debate PT x PSDB, o artigo do Rui “O Frankenstein da Política Brasileira”).

ZD - Em todas as pesquisas sobre partidos políticos o PSDB é classificado como partido de elite e o PT, como partido dos trabalhadores e dos pobres. O povo sabe a diferença entre os dois partidos.

RF - A gente é que às vezes confunde (risos).

ZD - Sobre as políticas de aliança, qual a avaliação que você faz sobre esses cinco anos de alianças, tanto em eleições quanto no governo? Haveria outra alternativa?

RF - Eu sou aliancista por tradição. Até por não concordar com a idéia de sociedades com partido único e por achar que para governar o Brasil um único partido não consegue dar conta. Sou a favor de se ter a mais ampla política de alianças, no plano governamental, em torno de três requisitos: capacidade para a função a ser ocupada, fidelidade ao programa de governo e idoneidade. Temos de construir alianças que, de preferência caminhem para coalizões que não temos, embora costumemos caracterizar o governo Lula como de coalizão.

Acho que no primeiro ano houve um equívoco, que foi não termos feito logo de saída um alinhamento efetivo com o PMDB. Até porque era um partido que não tinha tido candidato a presidente. É ainda o partido de maior expressão eleitoral simbólica. Tem um grande peso no interior de São Paulo. Tinha um grande número de parlamentares. Mas a nossa opção foi outra. Isso custou caro e levou a uma revisão dessa política no segundo governo, em piores condições; e, curiosamente, num momento em que o governo está melhor e poderia ter se exposto a menos aberturas (...) na sua composição. Mas agora está dado, acho que está razoavelmente bem conduzido, depois que se assentaram as principais demandas. Mas nós deveríamos tirar melhores lições dessa experiência e tentar formar uma política de coalizão propriamente dita.

ZD - Como você vê a perspectiva para a eleição municipal e a relação dela com 2010?

RF - Não tenho informações mais amplas sobre o conjunto do país. Eu vejo com preocupação as eleições em São Paulo; passamos um período de esvaziamento das direções partidárias, extinção de estratégias de formação de novas lideranças... Em alguns centros importantes do Estado, estamos sem muita alternativa de disputa eleitoral. Nós temos boas perspectivas no ABC. Aqui na capital, as chances de vitória são muito grandes, embora seja sempre uma eleição difícil. E esse é um dos fatores que vão pesar na eleição de 2010.

Não há uma correlação direta entre vitória nas eleições municipais e vitória na eleição presidencial, mas quando se pensa que não há uma figura tão popular quanto o Lula no nosso campo, nisso ele pode ter um certo papel. A segunda coisa, que se contrapõe é o fato de que eu tenho uma avaliação de que o Lula vai terminar bem o governo, melhor do que no seu primeiro mandato. As condições de crescimento econômico estão dadas, mesmo com a crise mundial; os vários programas que o governo conseguiu efetivar, o desdobramento do PAC e assim por diante. Ou seja, coisas que germinavam no primeiro governo e que estão se expandindo podem agora facilitar para nós as condições e nos favorecer mais eleitoralmente.

Daí o exagero das pessoas que afirmam que Lula elege qualquer um ou qualquer uma. Eu não acredito nisso. Ele é um grande eleitor, tem grande prestígio, terá um papel decisivo na eleição, mas sua força não pode ser absolutizada.

ZD - O eleitorado aqui de São Paulo é muito consolidado?

RF - É. Pode pegar todas as pesquisas; ►

NÓSTEMOS DE PREPARAR AS CONDIÇÕES DE DISPUTA (PARA A SUCESSÃO DE LULA) DENTRO DO PT PARA QUE NÃO HAJA FRAGMENTAÇÃO

elas apresentam pequenas variações.

ZD - Aqui o PT disputou com força desde 1985.

RF - O pessoal fala do fenômeno Luíza Erundina. As pesquisas não eram tão freqüentes naquela ocasião, e a eleição era num turno só. Nós não sabíamos o que ocorreria se tivesse havido um segundo turno naquela eleição. Por isso, deveríamos ter uma aplicação especial nas eleições municipais no Brasil todo.

ZD - Você acha que o resultado da eleição municipal habilita ou desabilita o PT a ter candidatura própria?

Rui - Não necessariamente, até porque eu acredito que o PT terá candidatura própria. Nos movimentos que se dão hoje, o Ciro Gomes procura viabilizar a sua candidatura por fora e por dentro. Ele se coloca para ter um pólo em torno dele, mas também gostaria muito de ser acolhido no PT. Eu acho que ele tem mantido uma linha de diálogo boa, moderou muito as declarações, é um defensor incondicional do Lula no Parlamento. Ele se credencia para tentar ser essa opção, se o candidato não for do PT. Mas ele faz o movimento também para, se o candidato for do PT, ter condições de disputar também.

Eu não acredito nessas soluções heterodoxas de que o Lula poderia apoiar o Aécio se ele fosse do PMDB. É inconcebível você imaginar o PT, mesmo supondo que o Lula quisesse, aceitar isso. Nós temos que preparar as condições de disputa dentro do PT para que não haja uma fragmentação e examinar, sem sectarismo, todas as possibilidades nesse campo.

ZD - Pela sua experiência no governo da Marta, como avalia a nossa passagem pela cidade de São Paulo? Você teve um papel importante, abriu mão de um mandato de deputado federal para ficar na Secretaria de Governo da prefeita nos quatro anos. Teve não só um papel importante, mas também uma posição de grande observador, de intra-governo, relações com o parlamento, com a sociedade e programa do governo. Qual a avaliação que você faz desses quatro anos e também dos três anos de Serra-Kassab?

RF - Foi uma experiência muito rica ajudar a governar uma cidade como São Paulo, que vinha de uma situação de caos absoluto, maior talvez do que Lula herdou. Para se ter uma idéia, a folha de pagamento da prefeitura - 110 mil funcionários - ainda era feita à mão. Quando informatizamos a folha (de pagamento), só aí deu 10% de economia. Não havia uma política tributária, não havia diversidade de receita; era só IPTU. Seis meses, e a Secretaria de Governo não respondia requerimentos de informação porque o secretário alegava que, se respondesse, daria margem para abrir novas CPIs contra o Pitta. Um mês depois de eu ter assumindo, devolveram oito computadores que estavam na Polícia Federal em análise de memórias. Era caso de polícia mesmo.

A Marta primeiro inaugurou um novo modelo de gestão com a participação popular, com descentralização. Ela criou 31 subprefeituras, para acabar com a noção de centro-periferia. Criou centralidades próprias, para reduzir os deslocamentos

de transporte, para o emprego estar perto da moradia, para ter os CEUs que permitiam a um só tempo o aprendizado tradicional da escola associado ao lazer, à cultura e ao acolhimento da comunidade do entorno, como medida não só de sociabilidade, mas também de combate à exclusão e à violência. Há índices que medem isso concretamente. Um programa de Renda Mínima funcionou com relação ao desemprego. Nos lugares onde houve concentração de CEUs e Renda Mínima houve a dinamização do comércio local, criação de novos postos de trabalho.

Nós resolvemos o problema de transporte público na época dos 15 mil a 17 mil perueiros clandestinos. Organizamos os transportes, renovamos a concessão de ônibus, impondo condições que depois o Serra e o Kassab flexibilizaram – como a de se substituir toda a frota, implantar ar-condicionado etc. A Marta teve que usar colete a prova de balas por causa da máfia dos transportes que operava em conluio com o próprio sindicato dos trabalhadores na época. Nós fizemos os corredores que marcaram, do ponto de vista simbólico, a prevalência do transporte coletivo sobre o transporte individual, reduzindo o tempo dos trajetos em mais de meia hora de casa pro trabalho, do trabalho para casa. Dando maior possibilidade para a pessoa estar com a família, inclusive.

Esse movimento de descentralização foi acompanhado por descentralização orçamentária. Era também um debate sobre o caráter do poder. As pessoas diziam: “Como a prefeita vai abrir mão do poder, que é o controle do

orçamento, jogando nas mãos do subprefeito?” A Marta dizia: “Não, mais poder se tiver mais perto do povo, poder mais reconhecido e mais legitimado, e não se tiver tudo centralizado nas minhas mãos”. Deu-se autonomia para pequenas obras, para os tapa-buracos e reformas. A centralização, só em relação às políticas de grandes obras. Criamos a primeira Comissão Municipal de Direitos Humanos do país. Do ponto de vista da relação com os vereadores, nós tivemos aprovação de todos os projetos - todos os que eram necessários para dar esse novo modelo de gestão à cidade e com a participação no governo de todos os partidos, em vários níveis, ▶



A GESTÃO MARTA SUPPLY FOI UMA EXPERIÊNCIA QUE MARCOU A VIDA DA CIDADE DE SÃO PAULO E CREDENCIOU O PT

com as três condições que eu alinhei antes: fidelidade ao programa, idoneidade ética e moral, e capacidade para a função pretendida. Criamos uma mesa permanente de

negociação com os trabalhadores da Prefeitura, que depois foi desmontada. Triplicamos o salário dos Conselheiros Tutelares e aumentamos o número de conselheiros para mostrar a nossa preocupação com as crianças fora da escola. Creches, escolas em grande número, asfalto, programa de iluminação pública, a mudança da política educacional na cidade – que nos levou a perder um vereador na época – porque passamos a incorporar, como algo fundamental para a Educação, despesas legítimas. Nós aumentamos o orçamento da Educação para o mínimo de 31% - a exigência da Lei Orgânica era 30% -, para incorporar uniforme e merenda. Foi a primeira vez que se teve uniforme para todas as crianças - um milhão de uniformes.

ZD – Isso continua ou não?

RF – Continua, mas os uniformes de verão serão entregues agora, até 10 de abril, quando estará quase começando o inverno. Isso, apesar de Serra/Kassab terem dado simbolicamente R\$ 200 milhões para o metrô e a cidade ficar submersa na enchente com R\$ 5 bilhões em caixa... Acho que foi uma experiência que marcou a vida da cidade e credenciou o PT. Há controvérsias na avaliação do porquê perdemos a eleição, estando sete pontos à frente de Serra no início da campanha de televisão e tendo uma administração bem

avaliada pela população. Alguns atribuem às taxas. Hoje, o orçamento da prefeitura é de R\$ 25 bilhões. Nós saímos com R\$ 15 bilhões; então, tem arrecadação aí.

A taxa de iluminação continua, que é R\$3,50, e eles afirmaram que ia acabar. A taxa de lixo acabou e você tem hoje o problema do aterro desabando em São Mateus e a prefeitura pagando caro para alugar um aterro em Caieiras. Não se tem coleta seletiva porque as autoridades atuais flexibilizaram a concessão do lixo. Não há coleta individual nas favelas. Isso tudo estava previsto na concessão do lixo da administração Marta e concessão implica taxas. Não existe concessão sem taxa.

Alguns, até na disputa política interna no PT, atribuem a nossa derrota ao fato da chamada “chapa pura”, quando na verdade tínhamos um amplo acordo com os partidos (PC do B, PTB, PL, PTN, PRTB) que apoiaram a Marta. Nenhum aceitava o vice do outro. O acordo com o Diretório Municipal do PMDB já estava feito, sacramentado, com a promessa de duas secretarias, incluída a Secretaria da Habitação para o PMDB; e na décima hora, por causa de conflitos com o Quéricia, nas coisas que ele não sentia contemplado no governo federal, ele quis fazer uma imposição - que não aceitamos - e resolveu apoiar a Luísa Erundina. Mas os vereadores do PMDB apoiaram a Marta. E o resultado do apoio do Quéricia foi 3% para a Erundina. Então, não acho que esse tenha sido o motivo.

Acho que a principal razão da nossa derrota foi uma má campanha de televisão, em que nós privilegiamos a questão da saúde sem

nos concentramos naquilo que fora feito em relação ao período anterior e o que podia vir a ser feito. Episódios depois, cinco dias sem TV, a prisão de Duda Mendonça e o fato do Serra – nós não podemos subestimar isso – ser um candidato muito forte. Ele tinha saído da campanha presidencial sem nenhum arranhão. O Lula não precisou enfrentá-lo. Foi aquela campanha serena, sóbria, do governo FHC muito desmoralizado. Com o Alckmin, não. Vamos lembrar que ele teve que meter o boné dos Correios e a jaqueta da Petrobrás, porque se acovardou diante do debate das privatizações. Porque, na época,

72% da população se manifestavam contra as privatizações. E o Serra agora retoma as privatizações. Outro fator é que hoje o governo federal está numa condição muito melhor do que na época.

ZD - Evidente, a mídia desconstituiu o governo federal e a Marta durante mais de 24 meses antes daquela eleição.

RF – A Marta foi uma das maiores defensoras do governo Lula. Quando defendeu aquele salário mínimo, que era o possível na ocasião e todo mundo abominou, ela perdeu quase dez pontos ►



O TRANSPORTE PÚBLICO EM SÃO PAULO ESTÁ UM CAOS. NA ROTA DE FUGA, KASSAB FALA DO METRÔ, O QUE É UM TIRO NO PÉ, PORQUE 20 ANOS DE METRÔ ATRASADOS SÃO 20 ANOS DE TUCANOS!

na avaliação do governo na cidade. Muitos quiseram dizer que estava culpando o Lula da derrota. Não se tratava disso, mas de ver as condições em que a disputa se deu. Só um exemplo: olhe o episódio da briga dela nas enchentes, que virou um fato nacional, e

olhe o Kassab chamando um município de vagabundo! Hoje, ninguém se lembra mais disso, sumiu. Hoje ele é o “estadista”, com 53% de avaliação como sendo um cara “de coragem”.

Acho que foi um período bom. Hoje, setores da população se ressentem da escolha que fizeram. A diferença entre um governo e outro é nítida. Nós vamos precisar deixar isso claro na campanha. Mais: a regressão na Saúde. Você viu os novos comerciais do Kassab? Pegando a questão das especialistas, que era o CEU Saúde. É o mesmo modelo que ele está defendendo agora. O transporte público está um caos. Na rota de fuga, ele fala do metrô, o que é um tiro no pé, porque 20 anos de metro atrasados são 20 anos de tucanos! No campo da participação popular não é nada. Os CEUS que Kassab está construindo são os que deixamos contratados, mas agora todos desfigurados. A programação cultural praticamente se encerrou. Você conversa nos bairros e ouve comentários sobre isso. Ele mudou o esquema de gestão dos CÉUS. Antes era toda a comunidade, agora são os

pais e os alunos. O entorno, que não tem filho ali, não participa mais.

Só algumas comparações - a Educação: as últimas escolas de lata foram encapsuladas. Puseram alvenaria por fora e continua lata por dentro. O padrão pedagógico caiu muito. E o trânsito agora? Não temos 1 Km construído de corredor! Eles anunciaram corredor, houve rejeição da classe média e recuaram. Quanto aos túneis, que eles disseram que era uma perda danada, tiveram que pagar a multa por terem suspenso o pagamento e agora foram obrigados a pagar. Os túneis saíram mais caro por inércia deles. Os túneis foram todos feitos com recursos da Operação Urbana - instrumentos que criamos aqui, os CEPACs - não foi recurso orçamentário. Concluíram a Radial, que tinha sido iniciada por nós, a Jacu-Pesseg. Então, obra nova, nada. E guardando dinheiro em caixa!

ZD - Mudando do municipal para o estadual, como você avalia, como deputado estadual, o governo Serra?

RF - Os governos tucanos, pelo que a gente observa, não têm nenhuma marca particular, uma prioridade para a Saúde ou para o Transporte, por exemplo. No entanto, eles conseguem, com o suporte da classe dominante e da mídia, passar uma visão de bom governo. “O Alckmin fez um bom governo”, não é isso o que se diz? Agora, quando se vai para o concreto, para o interior e se pergunta: “O que o Alckmin fez aqui?” Ninguém sabe responder. Ninguém sabe o que eles fazem, mas dizem que foi um bom governo. Bom governo de quem e para quem, cara pálida?

Quando a Marta perdeu a eleição, o principal item de rejeição a ela era a Saúde, a área mais mal avaliada com índice 12. Sabe quanto o Serra tinha quando deixou a prefeitura? Quinze. Ele foi eleito governador de São Paulo no primeiro turno, e saiu da disputa com o Lula dizendo que era o melhor ministro da Saúde do mundo. E olha a situação da Saúde em São Paulo! Olha o Hospital das Clínicas! Mas a avaliação dele, hoje, é que ele está fazendo um bom... Ele não fez nada ainda. Ele está desmontando o governo Alckmin - Covas. Todas as coordenadorias regionais de cultura foram desativadas. O Secretário da Fazenda disse que economizou no primeiro ano R\$ 600 milhões em revisão de contratos. Esse é o maior atestado de incompetência ou de corrupção do governo Alckmin.

O Serra está fazendo um movimento de endividamento. O Senado permitiu aos Estados elevar o limite de endividamento; e, agora, ele está captando recursos no exterior, duas aprovações para metrô e tal. Relançou o programa de privatizações, colocando 18 empresas para avaliação e estudo de modelagem de privatização. Isso não exclui a possibilidade de privatização da Nossa Caixa, embora ele diga que não o fará. E da própria Sabesp. Serra fez uma mudança de controle, que faz parte desse governo centralista, que cria uma agência reguladora, a Arsesp, para centralizar energia e água. Os dois recursos mais poderosos do mundo Serra centralizou numa única agência.

Ele consegue recursos do governo federal no programa do PAC e de outras fontes federais, porque São Paulo tem peso e

faz oposição com a mão de gato, ou seja, incita a bancada a pedir CPI e desgastar o Lula e não aparece publicamente como alguém que combate o Lula, mas alguém que é parceiro do Lula. Ontem Serra foi recebido, veio para cá no avião do Lula... Quanto a melhorar a situação do Estado, até agora nada.

Serra está com recursos para reformar as vicinais. Agora, toda a prioridade das vicinais orientadas para onde? Para os programas de álcool, que estão se sobrepondo à política do Lula. ▶



O SECRETÁRIO DA FAZENDA DE SERRA DISSE QUE ECONOMIZOU NO PRIMEIRO ANO R\$ 600 MILHÕES EM REVISÃO DE CONTRATOS. ESSE É O MAIOR ATESTADO DE INCOMPETÊNCIA OU DE CORRUPÇÃO DO GOVERNO ALCKMIN



Ele, de fato, vai aprofundar a privatização, assim como Covas foi quem deu sustentação em grande medida para manter o real supervalorizado. São Paulo alavancou mais de R\$ 30 bilhões para ajudar a política de estabilização vendendo quase tudo. Ele fará isso agora para amealhar recursos, provavelmente não segundo as prioridades do Estado, mas segundo a sua estratégia de campanha presidencial.

O Serra não tem dificuldade na Assembléia porque tem 71 deputados alinhados com ele. É a isso que me refiro quando falo de luta política e conformação de coalizão. Todos os partidos, à exceção do PT, que dão sustentação para o Lula, dão sustentação para o Serra. E, aparentemente, quase de graça, em troca de emendinhas, pequenas deferências e inaugurações.

ZD - Como você está vendo a disputa em 2008? Já se discutiram as bandeiras, programas para a cidade de São Paulo?

RF - Amanhã vai realizar-se um seminário estadual para qualificar melhor a oposição aos tucanos e para nos preparar para a disputa – que é a principal – com eles no Estado também. Aqui na cidade, o Diretório Municipal abriu o debate, já tem um primeiro documento sobre tática eleitoral e política de alianças, e está tudo mundo sobrestado pelo fato de a Marta não ter formalizado a decisão de ser ou não candidata. Mas há contatos preliminares em busca de alianças com o PR, o PMDB, o PDT. A idéia é recuperar o que a Marta fez, um trabalho de antes e depois: “Saúde era assim, olha como está... Transporte? Olha como está”!. Tem que ter umas quatro ou cinco idéias

sobre os problemas da cidade. Ela tem credibilidade na questão dos transportes...

ZD - Transporte, trânsito, enchentes. Agora, o Serra vai ter que colaborar com ela, repassar recursos.

RF - O programa do emprego que a Marta implementou e que eles deixaram de lado - o Lula é uma credencial para isso... Há predominância das questões

locais, mas numa cidade como São Paulo a temática nacional perpassa. É o velho debate que a gente sempre fazia: Nacionalizar? Não nacionalizar? Interessa nacionalizar, porque temos que forçá-los a bater de frente com o Lula e eles não querem fazer isso.

A IDÉIA, NA QUALIFICAÇÃO DA OPOSIÇÃO AOS TUCANOS EM SÃO PAULO, É RECUPERAR O QUE A MARTA FEZ





PUBLICAÇÃO DO
GABINETE DO DEPUTADO
ESTADUAL RUI FALCÃO

EQUIPE:

Luciano Barbosa
Ivo Carvalho
Marco Antônio
Antônio Carlos Serrano
Rosângela Lima
Selma Soares

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Nivaldo T. Manzano

CRIAÇÃO E EDITORAÇÃO:
Área Comunicação

ILUSTRADOR:
Ohi

Gráfica: LWC
Tiragem: 2.000 exemplares

Maio de 2008



GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL RUI FALCÃO
Av. Pedro Álvares Cabral, nº 201 - Sala 3.011 - CEP: 04097-900
Telefone: (11) 3886-6776 - Site: www.ruifalcao.com.br
e-mail: gabinete@ruifalcao.com.br